

O CONCEITO DE JUSTIÇA EM JOVENS COM PARALISIA CEREBRAL, A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE HISTÓRIAS

Daniele Marques SILVA (Unileste); Maria do Rosário de Fátima RODRIGUES (Unileste); Yasmin Kelly Batista De OLIVEIRA (Unileste)

Introdução: O conceito de justiça se refere às dimensões: retributiva, avaliada por meio das relações entre atos e punições; e a justiça distributiva, que se refere à repartição dos bens e recompensas entre as pessoas. O modelo desenvolvimentista afirma que à medida que a idade aumenta, o desenvolvimento moral também avança. Crianças são capazes de coordenar ações que levem em consideração a cooperação, ao associar às situações hipotéticas, propostas nas histórias, as informações contextuais do cotidiano. Esse desenvolvimento prossegue e os indivíduos tendem a utilizar diferentes princípios de distribuição conforme a evolução moral, passando do igualitarismo até chegar à justiça equitativa. **Objetivo:** Os objetivos dessa pesquisa foram de identificar o conceito de jovens com paralisia cerebral sobre justiça, e favorecer o desenvolvimento desses princípios com a utilização de situações hipotéticas, esboçadas nas histórias. **Metodologia:** Participaram duas jovens de 30 e 32 anos, com paralisia cerebral, com tetraparesia, atendidas no Centro de Reabilitação Geral do Unileste. Para avaliar as concepções das participantes sobre justiça distributiva, foi construída uma história-dilema que apresentava quatro situações que envolviam dois personagens, um menino e uma menina, que a pedido da professora pintavam quadros. Após a apresentação da história, as participantes foram convidadas a emitirem suas opiniões, sobre a distribuição da recompensa de seis balas entre os personagens. **Resultados:** Nas situações hipotéticas, em que as participantes repartiram as recompensas de acordo com suas noções de justiça distributiva, obteve-se da Participante 1, em três situações, uma resposta equitativa e duas respostas igualitárias; e da Participante 2, em quatro situações, percebeu-se uma resposta igualitária e três respostas equitativas. Nas situações em que as participantes julgaram as distribuições feitas pela pesquisadora, obteve-se da Participante 1, em três situações, uma resposta equitativa e duas respostas igualitárias; e a Participante 2, nas quatro situações, usou a distribuição equitativa. Somando as distribuições realizadas, pode-se observar que houve um predomínio na utilização do princípio de igualdade pela Participante 1, e do princípio de equidade pela Participante 2. Esses dados corroboram com o modelo desenvolvimentista, segundo o qual os indivíduos tendem a utilizar diferentes princípios de distribuição conforme a evolução moral, passando do igualitarismo absoluto até à justiça equitativa. Entretanto, há que se considerar as influências que as perspectivas afetivas e cognitivas exercem sobre o raciocínio no momento da alocação de recursos. Ademais, a análise da relação entre os indivíduos e suas variáveis, como gênero, cultura, idade e ambiente escolar, estão presentes no processo de distribuição e são de relevância para o estudo dos julgamentos distributivos. **Conclusão:** Considera-se importante a continuação de estudos sobre a justiça distributiva em pessoas com paralisia cerebral, visto que são poucas as pesquisas que tratam desse tema. Sua relevância consiste em favorecer a compreensão da subjetividade da pessoa com deficiência, bem como a forma como ela desenvolve esses princípios e os utiliza.

Palavras-chave: Justiça. Paralisia cerebral. Histórias.

Agências de fomento: Unileste